

À CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Recife, 14 de novembro de 2017

INTERESSADA: (nome ocultado)

ASSUNTO: Informações fornecidas à atendente da Unidade de Perícia Médica do Município, pelo telefone **3355-9389**, **número de marcação de Perícia Médica.**

Senhor Ouvidor,

Considerando que, inexistente no Website da Prefeitura, publicidade das informações referentes à disponibilidade de vagas de acordo com os horários de atendimento dos peritos, na Unidade de Perícia Médica.

Convém invocar o princípio da isonomia, para fins de transparência do conteúdo regulatório das informações, que devem ser repassadas pelos servidores à atendente, **pelo telefone, número 3355-9389, para marcação de Perícia médica.**

Vale dizer, que as informações expostas na UPM são limitadas e destaca sobre **documentos** necessários para o dia da Perícia. Todavia, não existe regulação quanto às informações para marcação de Perícia.

Ocorreu que, em 13 de novembro de 2017, quando liguei para o **telefone, número 3355-9389, para marcar Perícia médica**, a atendente Eduarda perguntou: **Quanto tempo o médico lhe deu de afastamento?** Não entendi. Logo respondi: *Meu atestado é a partir do dia 9 de dezembro.* Ela corrigiu: Senhora, 9 de novembro. Eu disse é. Porque havia dito dezembro. Perguntou novamente Eduarda: **Quanto tempo o médico lhe deu de afastamento?** Desta vez não deixou dúvida, pretendia saber o período que o médico deu de afastamento. Imediatamente respondi.

Ressalta-se que esta informação **nunca** me foi solicitada para marcação de perícia médica. Em virtude de mudanças administrativas, possa ser que, novas informações estejam sendo solicitadas previamente, mas não foram divulgadas aos servidores, para conhecimento destes.

Ante o exposto, solicito informações quanto conteúdo regulatório das informações, que o servidor deve repassar, para marcação de perícia médica.

É o meu pleito que submeto à consideração superior.

Atenciosamente,